



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 88/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10733/2015**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Fundo de Previdência Social do Município de Caapiranga - FUNPREVIC.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Senhor Francisco Adoniran Macena da Costa, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesa.

**6- Unidade Técnica:** DICERP – Relatório Conclusivo nº 26/2015 (fls. 1490/1543).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3850/2015–MPC–EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 1544/1546).

**8- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas. FUNPREVIC. Exercício 2014.

*Contas Irregulares. Multa. Prazo. Representação. Ofício ao Ministério da Previdência.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas** do Fundo de Previdência Social do Município de Caapiranga - FUNPREVIC, exercício de 2014, sob a responsabilidade do Sr. **Francisco Adoniran Macena da Costa**, Diretor-Presidente do FUNPREVIC, com fulcro no Art. 22, III, alínea “b” da lei 2423/96;

**9.2- Aplicar Multa** ao Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa, Diretor-Presidente do FUNPREVIC, no valor de R\$ **8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do artigo 308, VI da Resolução 04/2002-TCE por prática de atos com grave infração as normas legais;

**9.3- Fixar o Prazo** de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 88/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.4- Representar** contra o Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa, Diretor-Presidente do FUNPREVIC, ao Ministério Público Estadual, enviando-lhe cópia integral dos autos, para que adote as medidas que entender pertinentes;

**9.5- Oficiar ao Ministério da Previdência** para que fique ciente das irregularidades na gestão do Fundo de Previdência Social do Município de Caapiranga.

**10- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 03 de Fevereiro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Relatora

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral